

AC. EM CÂMARA

(03) PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA 2012:-

Presente a proposta das Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados para 2011, do qual consta a informação prestada pelo Presidente da Câmara que seguidamente se transcreve:- **“PROPOSTA - Plano de Actividades e Orçamento para 2012 - O Plano de Actividades e Orçamento** para 2012 que o Executivo Municipal apresenta é um documento **preventivo, austero mas flexível**. O documento tem de ser **preventivo** face à grande indefinição da conjuntura económica e financeira internacional, a volatilidade dos mercados financeiros, as indefinições da zona euro e as consequentes medidas de ajustamento que o governo impõe às autarquias. O orçamento é **austero** pois tem de reduzir na despesa corrente, nas aquisições de bens e serviços (transportes, energia, telecomunicações), nas despesas com pessoal (horas extras) e aproveitar a **poupança corrente**, que para o ano de 2012, **aumenta de 4,8 para 6,5 milhões de euros**. É importante referir que a **Autarquia vai reduzir em cerca de 1,1 milhões de euros** a despesa corrente face ao ano transacto. O Plano de Actividades e Orçamento para 2012 é também um documento **flexível** para permitir **efectuar reajustamentos e reforços para as componentes sociais**, caso se verifique o agudizar da crise económica e social, mas também **aproveitar os financiamentos comunitários** com taxas de comparticipação, neste momento, a fundo perdido de 85 %. Estão previstos vários projectos e iniciativas que poderão ser objecto de **candidaturas ao QREN**, logo que sejam definidas as regras da reprogramação técnica, potenciando a componente financeira nacional para acções de requalificação de escolas, eficiência energética em edifícios e equipamentos, requalificação/regeneração urbana (requalificação de arruamentos e espaços públicos), redes de águas e saneamento e da mobilidade territorial (acessibilidades). **A forte redução das transferências da Administração Central** afectou substantivamente as receitas da Autarquia desde 2010, traduzindo-se em 2012 num **corte global de mais de 2,2 milhões de euros**. Face aos cortes nas receitas, as **Opções do Plano** para 2012 impõem a redução das despesas correntes, incentivo e apoio à actividade económica, redução dos apoios regulares a associações e clubes, reprogramação de eventos e actividades culturais e desportivas, reforço os apoios sociais, as despesas com cantinas, e apoio das IPSS ‘s na sua actividade e na construção de equipamentos. O Executivo Municipal, apesar das fortes condicionantes orçamentais, vai continuar a apostar no aprofundamento da colaboração técnica e financeira com as Juntas de Freguesia. Desenvolveremos e aprofundaremos, para além dos protocolos habituais, durante o ano de 2012 novas iniciativas com as Juntas de Freguesia no domínio das Comissões Sociais, potenciando acções e actividades de empreendedorismo social. No âmbito da

CIM participaremos nos projectos em curso de interesse supra-municipal potenciando iniciativas e economias de escala nas acções e projectos de interesse dos municípios. (a) José Maria Costa.". Feita a apresentação dos respectivos documentos, todos os vereadores da Oposição intervieram no sentido de manifestarem as suas posições relativamente às Opções do Plano bem como a sua discordância relativamente à estratégia municipal em matéria de investimentos e política financeira. Analisados e discutidos todos os documentos, procedeu-se à votação tendo-se obtido o seguinte resultado:- 5 votos a favor e 3 votos contra, pelo que foi deliberado propor os referidos documentos à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com as disposições conjugadas do artigo 53º, número 2, alínea b), e do artigo 64º, número 6, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção e do Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Esta deliberação foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vítor Lemos, Ana Margarida Silva, Luís Nobre, Maria José Guerreiro e os votos contra dos Vereadores António Carvalho Martins, Ana Palhares e Aristides Sousa. Por último, foram apresentadas as declarações de voto que seguidamente se transcrevem:- **"DECLARAÇÃO DE VOTO DOS VEREADORES DO PSD** – O porquê de votar contra! Exclamação para o executivo socialista mas profunda preocupação para os vereadores do PSD por muitas e variadas razões: Razões políticas (opções), mas também razões de análise técnica (comparações entre o executado em 2010 e o orçado em 2012) e razões de crise (situação do país). Vejamos alguns indicadores:

| RUBRICAS | EXECUTADO 2010 (milhões de euros) | PROJECTADO 2012 (milhões de euros) |
|------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|
| Receitas Correntes | 36731 | 37734 |
| Receitas Capital | 17307 | 31246 |
| Despesas Correntes | 28987 | 31221 |
| Despesas de Capital | 24947 | 37760 |
| Impostos Directos | 14476 | 15586 |
| Impostos Indirectos | 344 | 417 |
| Vendas Bens Investimentos | 228 | 5610 |
| Transferências de Capital | 12436 | 23311 |
| Despesas com Pessoal | 16173 | 15610 |
| Aquisição de Bens e Serviços | 8985 | 11396 |
| Juros | 319 | 590 |
| Transferências Correntes | 3244 | 3180 |
| Aquisição Bens de Capital | 15807 | 25206 |
| Transferências de Capital | 5010 | 6433 |

| % | EXECUTADO 2010 | PROJECTADO 2012 |
|---|----------------|-----------------|
| Peso das Despesas Correntes na Despesa Total | 53,7 | 45,3 |
| Peso das Despesas de Capital na Despesa Total | 46,3 | 54,7 |

A conclusão é óbvia. Infelizmente o executivo de maioria socialista mantém os mesmos pressupostos ou seja executa a 100% a Despesa Corrente e mais ou menos a 65% a Despesa de Capital invertendo o peso destas rubricas na Despesa Total. Analisando alguns Impostos Directos por exemplo o IMT ou algumas

Rubricas da Despesa vemos que vai uma distancia enorme entre o projectado e a realidade. Este orçamento devia dar um sinal claro na redução do IRS que poderá ir até 5% (conforme a Lei). No ano de 2012 o IRS deveria descer 1%, a Derrama para as pequenas e médias empresas descer 50%, o IMI baixa pelo menos 0,25%. Eram sinais claros de um objectivo que nós consideramos estratégico (discriminação fiscal positiva) com o objectivo de aumentar o rendimento disponível dos Vianenses e das empresas de Viana do Castelo e que obviamente é um factor de competitividade. O Orçamento apresenta também uma fotografia excelente da relação Santa Luzia / Cidade. É importante que esta foto estática seja de facto algo dinâmico e que de uma vez por todas se tire proveito desta relação montanha, mar, rio, Cidade. Além disso convém não esquecer o impacto que poderá ter a VianaPolis nas contas da CMVC. Urge encontrar soluções. Outro quadro interessante que nos motiva profunda preocupação:- Estrutura das GOPS (algumas rubricas)

| RUBRICAS % | ORÇADO 2011 | ORÇADO 2012 |
|---|-------------|-------------|
| Cultura Desporto e Tempos Livres | 27.25 | 30.57 |
| Segurança e Acção Social | 2.10 | 2.37 |
| Saúde | 0.84 | 0.63 |
| Desenvolvimento Económico | 4.13 | 4.91 |
| Ambiente e Qualidade de Vida | 4.03 | 3.32 |
| Coesão do Território e Desenvolvimento das Freguesias | 13.41 | 12.12 |

Pensamos que esta distribuição não é a melhor (opção politica) para o ano de crise como será 2012. Era urgente na discussão deste orçamento poder ter o estudo pedido há mais de 6 meses (análise da distribuição dos subsídios), mas não temos dúvidas que o ano de 2012 exigirá uma mudança significativa desta distribuição, por exemplo o peso da Cultura, Desporto e Tempo Livre 30,57% e o peso da Acção Social e Segurança 2,37%. A crise exigiu mudanças para o país, mas também exige mudanças para a CMVC. Gerir é a pedagogia do não. Gerir é optar. Gerir é assumir decisões e na análise do Quadro de Pessoal gostaríamos muito que as modificações a fazer, não fossem pela existência de um Decreto Lei que obriga a fazer mas sim por sentir que é necessário fazer, ou seja as opções nas chefias devem ser feitas não em função de um Decreto Lei mas em função das necessidades que a organização exige tendo em conta os meios financeiros e a realidade actual. Estas são algumas das muitas razões que apresentamos em reunião de Câmara para o voto contra. Em relação aos Serviços Municipalizados o nosso voto é a abstenção. Consideramos que tem havido um esforço no controlo/redução da despesa corrente apesar de crescer ligeiramente em relação ao executado de 2010, e ao mesmo tempo fazendo investimentos necessários para uma melhor prestação de serviço. Fazemos votos que seja possível que o acréscimo das taxas seja inferior à inflação prevista. (a) Carvalho Martins; (a) Ana Palhares. **"DECLARAÇÃO DE VOTO DO CDS/PP** - Os documentos continuam a não ser realistas nem reflectem a necessidade do município se adequar à situação financeira e económica com a qual o país e a Europa se confrontam e com a qual vai ter de lidar nos próximos anos. A proposta orçamental para 2012 do executivo socialista insiste no erro, esquece a realidade e faz ouvidos moucos aos avisos. A dívida pública continua a não ser um problema para os executores da Câmara Municipal de Viana do Castelo, pois a equipa do Presidente José Maria Costa prefere a maquilhagem da realidade, insistindo em políticas socialistas, como se o país das maravilhas que o socialismo

propagandeava alguma vez tivesse existido. Esse país das maravilhas não existe mais. O CDS não tem uma visão miserabilista da despesa pública, mas de rigor e razoabilidade, reconhecendo o trabalho, a disciplina orçamental e a necessidade de criar condições para que o empenho e a dedicação no serviço público sejam estimulados a fazer mais e melhor, por isso vota contra as propostas de orçamento e plano de actividades da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados para 2012, dado que os documentos não são rigorosos nem realistas, não apontam no sentido de uma resposta clara e inequívoca à actual situação económica, financeira e social do município. O mapa de pessoal da Câmara Municipal, que teimosamente, em 2008, o executivo socialista impôs, foi um erro grave de gestão, erro que hoje se paga caro e que, por força da redução dos quadros dirigentes, tem de se rever para reduzir. A VianaPolis foi excelente para Viana do Castelo até onde começou a teimosia obscura em demolir o antigo Mercado e o actual Edifício Jardim. O Parque da Cidade era, no tempo do país das maravilhas socialistas, a galinha de ovos de ouro que, na mente dos responsáveis pela tolaria, permitiria saldar todos os desvarios. Hoje, salda-se, está em saldo, num grave problema financeiro, pois nem em segunda rebaixa encontra comprador. A venda a retalho a menos de metade da primeira hasta pública também não augura receitas mínimas. O Parque que era para ser da Cidade e da população virou uma coutada de caprichos privados, onde se anuncia o aumento de garças, com graça, e de uma avifauna urbanizada, muito sensível, que não pode ser perturbada por visitantes em recreio livre, menos ainda pelos que trazem garrafão, porque é ecológico urbano o parque das graças socialistas. Viana com Castelo que agora se nega, Viana dos Parques caros, Viana anti-touradas, Viana cidade do amor, Viana do Plano Estratégico, Viana com comércio tradicional vazio, Viana, cidade deserta, tem agora estacionamento parcial e temporariamente gratuito, um bom gesto e tardio acto de contrição dos socialistas pelos erros na política urbana, os mesmos que querem acabar com o estacionamento livre à superfície no Campo d' Agonia. É verdade que, nos últimos anos, Viana do Castelo tem feito investimentos na área urbana; é verdade que a cidade mudou por força dos investimentos; é verdade que o investimento feito ou foi com financiamento europeu ou com concessão de exploração a privados; mas também é verdade que se não investiu nas pessoas; é verdade que se exigiu sempre aos munícipes o pagamento das máximas taxas e impostos; é verdade que as finanças e que activos de Viana do Castelo estão comprometidos para longo futuro; é verdade também que se anulou o comércio de rua, se esvaziou o centro da cidade, se esqueceram as freguesias, discriminando umas por questões de cor partidária, favorecendo outras por oportunismo e conveniência circunstancial. É verdade que se conduziu a gestão e administração da Câmara Municipal para situação insustentável, porquanto a receita corrente, ao contrário do que o executivo quer fazer crer ao anunciar poupança corrente, é consumida pela despesa corrente, deixando para a comparticipação municipal no financiamento

a contracção de mais dívida, pelo que a dívida a fornecedores aumenta e o endividamento cresce ano após ano e está perto do limite (sobe de 21,9 para 24,8 milhões de euros). Decorre desta gestão um desequilíbrio estrutural nas finanças municipais. Uma leitura dos números do orçamento contraria e desmonta o que o texto do documento quer fazer crer. De facto, e na verdade, este orçamento intencional não passa de intenção deliberada para iludir os números da execução orçamental. É irrefutável que, sistematicamente, no orçamento da Câmara Municipal, nos últimos anos, entre a proposta de orçamento e a respectiva execução, temos observado instrumentos de pouco rigor e de propaganda. Um erro enorme de gestão e de planificação traduz-se naquilo que entre os socialistas é já regra, a saber:- ✓a receita corrente executada é sistematicamente o dobro da de capital; ✓a despesa corrente é invariavelmente superior à de capital; ✓a poupança corrente só existe na proposta de orçamento; ✓a receita e a despesa correntes têm execução sempre superior a 90%; ✓a receita de capital tem vindo a diminuir nos últimos anos e está abaixo dos 40%; ✓o investimento tem sido sempre preterido pela despesa corrente, vem diminuindo e tem execução abaixo dos 60%. Voto contra porque, ao contrário do que o executivo socialista anuncia, o documento não é preventivo nem austero, só flexível porque essa é a sua natureza. Voto contra porque as actividades inscritas para 2012 são a repetição das adiadas já inscritas em 2009, 2010 e 2011; porque nas Grandes Opções do Plano (GOP) se denuncia o contrário do que se apregoa, já que a despesa na cultura, desporto e tempos livres representa mais de 1/3 e sobe de 27,25% para 30,57%, negando o que o Senhor Presidente anunciou relativamente a esta rubrica; porque as GOP esquecem o desenvolvimento económico, baixando entre 2009 e 2012 de 12,03% para 4,91%, como baixa a opção pela coesão do território e desenvolvimento das freguesias de 13,41% para 12,19%, por isso os Senhores Presidentes de Junta se queixam. Voto contra porque, quando as pessoas mais precisam de estímulo e de apoio, o executivo socialista insiste em cobrar toda a participação na colecta de IRS, o que poderia deixar para aumentar o rendimento disponível das famílias. Voto contra porque o plano e orçamento são mais um instrumento de propaganda cujo conteúdo financeiro nega princípios anunciados; porque o orçamento proposto na evidencia redução da despesa, que teria de reduzir mais de 3 milhões de euros; porque o mapa de pessoal da Câmara Municipal continua a aumentar de forma injustificada e irresponsável, sendo que a redução na previsão com despesa de pessoal só acontece por consequência no corte do subsídio de Férias e de Natal. Politicamente, do documento resulta claro que o executivo do PS continua a sacrificar os municípios no lugar de os poupar, mais ainda no actual momento que a sociedade vive, de grandes dificuldades. Prova disso é também a cobrança de impostos directos, que não desce, quer dizer, os Vianenses pagam para os caprichos políticos do PS. Esta não é uma proposta realista, não serve o interesse colectivo em Viana do Castelo, não reflecte uma estratégia global,

integrada e integradora, com visão para um futuro sustentável e sustentado, não comprometedor, pelo que o CDS não o poderá votar favoravelmente. (a) Aristides Sousa.";

“DECLARAÇÃO DE VOTO DO PRESIDENTE - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO

PARA 2012 - O Executivo apresenta um Plano e Orçamento equilibrados, com grande preocupação social e redução das despesas correntes. Gostaria de recordar às oposições que é da rubrica “Despesa Corrente” que saem os apoios sociais, os protocolos de apoio às Associações Culturais e Desportivas e às Juntas de Freguesia. Apesar dos reforços sociais em diversas áreas de actividade municipal, ainda foi possível reduzir a despesa corrente. Apesar, também, dos aumentos “colossais” do IVA, que só na iluminação pública são cerca de 260.000 euros, o executivo consegue aumentar a poupança corrente em mais de 1,1 milhão de euros o que se traduz num esforço que a todos vai ser solicitado. As despesas de capital, como todos sabem, na sua execução estão dependentes dos financiamentos dos Fundos Comunitários, e para isso dependemos dos avisos para os concursos abrirem e dos prazos de aprovação de candidaturas. Neste capítulo também as nossas expectativas são de dobrar os fundos para as obras programadas como as grandes apostas nas redes de água e saneamento, acolhimento empresarial, equipamentos náuticos e requalificação urbana. Estamos por isso conscientes de que este é um Plano e Orçamento resistente às dificuldades financeiras actuais, mas também com uma ambição de futuro e projectos estruturantes para o município de Viana do Castelo. (a) José Maria Costa.”.

28 de Novembro de 2011